



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CONSEMA

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA
PERMANENTE DE PLANEJAMENTO AMBIENTAL

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50

Aos dois dias do mês de março de dois mil e dezesseis, realizou-se a 1ª Reunião Extraordinária da Câmara Técnica Permanente de Planejamento Ambiental, do Conselho Estadual de Meio Ambiente, na sede da SEMA, situada na Av. Borges de Medeiros, 261, 15º andar – Auditório, nesta Capital, com início às 14 horas e com a presença dos seguintes Conselheiros: Sr. Leosérgio Angheben, representante titular da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia; Sr. Eduardo Stumpf, representante titular dos Comitês de Bacias Hidrográficas; Sr. Fernando Hartmann, representante titular da Sociedade de Engenharia do RS; Sr. Domingos Antônio Velho Lopes, representante titular da FARSUL; Sra. Tamara Falavigna, representante Suplente dos Amigos da Floresta; Sr. Israel Fick, representante titular da UPAN; Sra. Lisiane Becker, representante Titular da Mira-Serra; Sra. Carmem Lúcia Vicente Níquel, representante suplente do CREA-RS; Sra. Fabiula Dutra Da Rocha, representante titular do SINDIAGUA; Sra. Luciana Regina Petry Anele, representante titular da FEPAM; Sra. Alberto Niederauer Becker, representando a Secretaria de Segurança Pública; Sr. Altair Hommerding, representante titular da Secretaria de Agricultura e Pecuária; Sra. Marion Luiza Heinrich, representante Titular da FAMURS; Sra. Maria Patricia Mollmann, representante da Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Sr. Walter Alexandre Fichtner, representante titular da FIERGS. Também participaram da reunião: Sra. Nicole Fantinel/Amigos da Floresta; Sr. Tulio Carvalho/FEE; Sr. Eduardo Condorelli/FARSUL; Sr. Ivo Lessa/FARSUL; Sra. Gisele Rosa/METROPLAN; Sra.: Thaís B./METROPLAN; Sr. Enio Meneghetti/METROPLAN; Sr. Sérgio Bavaresco/SEMA; Sra. Sandra Berto/SERGS; Sra. Sara Leutges/EMATER; Sr. Valmir Netto/EMATER; Sra. Márcia Jardim/FZB/SEMA; Sr. Jan Karel/FZB; Sr. Ricardo Ramos/FZB; Sr. Marcelo Pedott/SEMA; Sra. Angela B. Thums/SEMA; Sr. Hilberto Schourich/FZB; Sra. Dionara N./CODEX; Marlos Batista/CODEX. O presidente da Câmara Técnica Sr. Eduardo Stumpf, iniciou a reunião às 14h15min, constatando a existência de quórum deu início aos trabalhos. **Passou-se ao 1º item da pauta: ZEE – Plano de Trabalho:** Maria Patrícia/SEMA: Comenta que a empresa iniciou o trabalho dia dezessete, então eles estão com o grupo interno da SEMA fazendo um calendário de reuniões para conhecer a secretaria e os seguimentos internos além desta participação no CONSEMA e tiveram uma reunião da Comissão Estadual do ZEE onde apresentou o projeto para as demais secretarias que acompanham a comissão e será ampliado o último decreto para incluir algumas secretarias e entidades. Eduardo Condorelli/FARSUL: Pergunta se será possível enviar contribuições até dia dezessete. Eduardo Stumpf/CBH – Presidente: Explica que não tem data definida, mas até dia dezessete a parte mais importante do Zoneamento é o planejamento de como vai se desenvolver nos dois anos e para definir o ritmo do trabalho. Maria Patrícia/SEMA: Ressalta que a principal informação que se pede é a questão dos dados para os inventários para fazer com que a empresa tenha facilidade de acesso e que de alguma forma já tenha a pré disposição da disponibilidade nos diversos setores. Marlos Batista/CODEX: Se apresenta e faz um relato referente ao plano de trabalho do ZEE. Eduardo Stumpf/CBH – Presidente: Comenta que a apresentação foi interessante. Ivo Lessa/FARSUL: Agradece a apresentação da empresa contratada para o zoneamento e comenta que sua preocupação é e relação ao seu trabalho, pois já se teve muito embate e atualmente se tem um produto que não atende a todos e se tem uma discussão. Marlos Batista/CODEX: Esclarece que existem restrições, mas são aquelas restrições legais claras (APP), não se pode supor um outro uso a não ser aquele estabelecido em lei e o zoneamento sim é orientativo, ele indica recomendações, potencialidades, fragilidades, não restrições. Restrições não são indicadas pelo zoneamento, ela é legal, já existe e as demais são orientações e recomendações. Luciana Anele/FEPAM: Explica que os zoneamentos ecológicos econômicos sempre são orientativos, restrições só com amparo legal e os que são por temas (temáticos) são restritivos. Por sua percepção estão muito bem embasados na questão do sistema de informações, de como armazenar dados e toda questão do inventário e dos diagnósticos, mas não conseguiu ver com clareza a questão metodológica do cruzamento destes dados e pergunta se ainda não definiram metodologia de cruzamento de dados para chegar nas unidades de planejamento. Marlos Batista/CODEX: Responde que ainda não apresentaram, pois estão consolidando algumas áreas e existem algumas discussões internas de algumas extensões que se apresentam com as diretrizes estabelecidas no MMA com o que gostariam que fossem. Marion Heinrich/FAMURS: Pergunta se de alguma forma os planos diretores serão considerados. Marlos Batista/CODEX: Responde que planos diretores, zoneamentos pré existentes, programas, políticas, todos serão considerados. Tulio Carvalho/FEE: Pergunta como serão as oficinas.

51 Marlos Batista/CODEX: Responde que pensaram em fazer formulários de participação, pois é difícil saber o que é
52 totalmente representativo da sociedade e se ela foi amplamente investigada. As oficinas não são um resultado
53 final, mas um meio de divulgação de oportunidades de participação, pois sabemos dos desafios e se tem até
54 receio da realização da oficina, mas ainda está em discussão. Eduardo Stumpf/CBH – Presidente: Ressalta que a
55 participação das entidades nas oficinas deve ser conforme for aparecendo os temas. Leosérgio
56 Angheben/SDECT: Elogia o trabalho e comenta que os Coredes foram criados justamente para ter um
57 zoneamento econômico para a região. E diz que o trabalho é extremamente complexo e considera que ao longo
58 das reuniões poderiam acontecer apresentações de seu andamento. Maria Patrícia/SEMA: Elucida que assim que
59 tiver o plano de trabalho pode-se organizar reuniões. Enio Meneghetti/METROPLAN: Comenta que se preocupa
60 que antigamente era tudo resolvido de acordo com a ótica econômica e não será mais assim. Destaca que o
61 Estado do Rio Grande do Sul se encontra em uma penumbra financeira e que deve-se ter o cuidado de não
62 “espantar/assustar” empreendedores que pretendem se estabelecer e investir no Estado. Maria Patrícia/SEMA:
63 Responde que a intenção deste projeto é conversar com a comissão, para se antever e não ter embargos e
64 surpresas. Destaca que a função do ZEE, do diagnóstico jurídico, a parte legal e institucional ajudará a prever
65 possíveis “enrosco”. Leandro/SERGS: Pergunta se no estudo vai ser considerado o zoneamento já elaborado ou
66 em fase de finalização nos municípios para que no futuro não se tenha um conflito de orientações. Eduardo
67 Stumpf/CBH – Presidente: Comenta que no momento que se trabalhar com hidrografia, acredita que escalas de
68 um para cem mil abranja rios de segunda ordem, pois de primeira ordem nem pensar. Todas as nascentes e
69 pequenos riachos não vai se conseguir ver neste zoneamento e vai entrar outro instrumento que é o CAR, mas é
70 questão de escala, que é bem importante. Marlos Batista/CODEX: Responde que serão considerados e que
71 existem algumas características que vão tentar seguir, dentro do possível e de suas características peculiares.
72 Lisiane Becker/Mira-Serra: Pergunta como chegarão nas unidades de conservação particulares e afirma que os
73 comitês de bacias também deveriam ser consultadas com oficinas. Marlos Batista/CODEX: Responde que o caso
74 das RPPN's pode se utilizar é o que existe oficial, ver quais as informações que se tem e se pode ser agregada
75 dentro do estudo. Eduardo Stumpf/CBH – Presidente: Comenta que como o zoneamento é longo, cada entidade
76 dentro dos seus interesses pode ficar atento aos documentos para achar uma maneira de como trabalhar com
77 essas informações. Fernando Hartmann/SERGS: Coloca que o equilíbrio social, econômico e o ambiental são
78 muito importantes, principalmente o social, pois não pode se esquecer das pessoas o que realmente interessa.
79 Comenta em relação ao prazo, zoneamento. E pergunta em relação aos trabalhos existentes, se ao receber o
80 material existe a possibilidade de falha de avaliação e ter um zoneamento diferente do município, pois trabalham
81 em escalas diferentes e como se resolve isto, se vira lei?. Maria Patrícia/SEMA: Explica que na verdade não se
82 sabe qual o nível de detalhamento que vai virar, depois terão que decidir qual parte irá para a legislação e tudo
83 está em aberto, não existe uma metodologia pronta. Fernando Hartmann/SERGS: Comenta que tem a
84 possibilidade de uma parte virar, então gostaria de salientar este dado, como terão garantia de que não vai haver
85 uma mudança entre o planejamento do município e o zoneamento que estão desenvolvendo. Maria
86 Patrícia/SEMA: Explica que será um grande desafio, então fica a questão do diagnóstico, depois ao olhar o caso
87 concreto vai ter algum ZEE que vai se sobrepor, talvez um ZEE mais detalhado, não temos como prever. Marlos
88 Batista/CODEX: Ressalta que vão existir algumas características que o município não levará em consideração nas
89 possíveis incompatibilidades, quando se tem uma visão mais macro você enxerga algumas coisas que estão fora
90 do município e ele pode ter alguns potenciais não apresentados no próprio zoneamento, são potenciais de um
91 polo, de uma região, de uma logística, de uma rede de infraestrutura, de centralidades, de características sociais
92 que não foram consideradas quando foi feito o plano diretor do município, o zoneamento e então é difícil dizer.
93 Eduardo Condorelli/FARSUL: Faz uma sugestão ao plano de trabalho, pois há uma preocupação em que este
94 fórum tenha um relativo tratamento diferenciado, um acompanhamento do desenvolver em relação aos demais
95 fóruns. Então pergunta se é possível verificar que o próprio plano de trabalho preveja conforme seja interessante a
96 execução de alguma apresentação dentro da periodicidade que achem recomendada para que este conselho se
97 mantenha atualizado na medida em que as etapas forem acontecendo. E comenta o fato de uma pequena
98 nascente não estar no mapa e um pequeno curso hídrico não estar na imagem não significa que não será
99 protegido e não está sendo lembrado, a diferença do ZEE de orientação é justamente o sentido de que ele orienta
100 as condições daquele polígono da unidade e tudo o que estiver lá dentro deve respeitar esta orientação e não é o
101 fato do rio não estar na imagem que aquela figura foi desconsiderada e conseqüentemente está desprotegida.
102 Marlos Batista/CODEX: Responde que em relação a realização das reuniões de acompanhamento, ele acha
103 essencial, pois acredita que um dos segredos de sucesso de qualquer projeto é do pleno entendimento antes de
104 receber o produto final, não se pode entregar o ZEE sem ter um pleno conhecimento da sociedade, mesmo ela
105 sendo contra ou a favor. Walter Fichtner/BIERGS: Pergunta em relação a comissão estadual que será ampliada.
106 Maria Patrícia/SEMA: Responde citando quem participa. Eduardo Stumpf/CBH – Presidente: Pede para que todos
107 assinem o livro, comenta que é importante a participação do CRH e propõem que seja enviado até dia onze as
108 contribuições ao plano de trabalho. **Passou-se ao 2º item da pauta: Assuntos Gerais:** Não havendo nada mais a
109 ser tratado encerrou-se a reunião às 16h45min.